

Artigo Teórico



Educação Financeira na Educação Básica: Um Bom Negócio

Adriana de Souza Lima¹⁴
Christine Sertã Costa¹⁵

Resumo

Neste artigo, pretendemos reforçar a importância de se trabalhar conceitos de Educação Financeira na Educação Básica, dentro da disciplina de Matemática. Inicia-se com uma breve apresentação sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira e sugere-se, como proposto por Skovsmose (2008), que se crie um espaço de conexão investigativa com a realidade do aluno, onde seja possível propiciar oportunidades de reflexão coletivas sobre situações, financeiras e de consumo, que comumente estão presentes no seu dia a dia. Entendemos que a contribuição dos conhecimentos matemáticos para a compreensão dos conceitos financeiros é de inegável importância. Do mesmo modo, acreditamos que o ensino de Educação Financeira nas escolas é um investimento que pode ter um bom retorno, não apenas para o ensino da matemática, mas também para a vida pessoal dos indivíduos e, conseqüentemente, para a economia do país.

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação Financeira. Ensino. ENEF.

1 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) é uma resposta à evolução econômica, social e demográfica ocorrida nos últimos anos em nosso país. A incorporação de mais de 23 milhões de pessoas à *classe média*¹⁶, o aumento da expectativa de vida para além dos 70 anos e um decréscimo de quase 60% da pobreza extrema (BRASIL, 2010a, p.2) são alguns dos fatores que contribuíram para a modificação do atual cenário brasileiro. Tais fatores têm papel preponderante nas mudanças comportamentais em relação ao consumo, à poupança e ao investimento da população.

Segundo estudo (BRASIL, 2010a,) realizado no Brasil e publicado em conjunto pela Presidência Russa do G20 (Grupo formado pela União Europeia e pelas 19 maiores economias do mundo) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

¹⁴Mestranda do Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II (MPPEB-CPII). Professora das Redes Públicas do Rio de Janeiro (SME/SEEDUC). E-mail: spigmath@gmail.com

¹⁵Doutora em Engenharia de Produção pela UFRJ. Professora do Colégio Pedro II (Educação Básica e MPPEB-CPII) e da PUC-Rio (graduação e PROFMAT). E-mail: cserta@globocom

¹⁶Segundo Chauí (2013), a mudança estrutural da sociedade brasileira permitiu uma nova relação da classe trabalhadora com os bens de consumo e com os direitos civis, sociais, econômicos e culturais, gerando não uma *nova classe média*, mas uma *nova classe trabalhadora*.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

Econômico), o índice de educação financeira dos brasileiros é muito baixo. A pesquisa nacional constatou: falta de planejamento financeiro no longo prazo e na preparação para a aposentadoria; falta de conhecimento dos “riscos e dos instrumentos para a sua proteção”; “dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos” e vulnerabilidade a fraudes (BRASIL, 2010a, p.2).

A OCDE é a mesma organização que promove o PISA (*Programme for International Student Assessment*), *exame trienal que*, desde 1998, avalia alunos entre 15-16 anos. No ano de 2012, sessenta e cinco países foram avaliados em três áreas: Matemática, Leitura e Ciências. Nesse ano, também foi aplicado o tópico de letramento financeiro a 13 países, o PISA Financial Literacy (PISA FinLit). O Brasil não participou desta primeira aplicação, mas fará parte da avaliação em 2015.

A ENEF, política pública de Estado, instituída pelo Decreto-lei nº 7.397/2010, de caráter permanente, busca alcançar os seguintes objetivos, assim definidos em seu Plano Diretor:

- promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país;
- ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e
- contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de previdência e de capitalização. (BRASIL, 2010c, p.20)

O público-alvo da ENEF são crianças, jovens e adultos e a principal via de acesso às crianças e jovens é através das redes de ensino que, sob a orientação do MEC em cooperação com as secretarias de educação, tem no documento “Orientação para Educação Financeira nas Escolas” (BRASIL, 2010d) sua base metodológica. A Educação Financeira (EF) passa a integrar a área de Educação como “direito de todos, dever do Estado e da família e deve ser promovida com colaboração da sociedade (art.25 da Constituição Federal de 1988), de um lado, e dos diferentes entes da Federação, de outro” (BRASIL, 2010d, p.18).

Como parte da ENEF nas escolas, previu-se a elaboração de materiais didáticos sobre educação financeira, realizada por educadores, para cada nível da Educação Básica. O Ensino Médio foi o primeiro nível a ter seus materiais preparados, os quais, em uma parceria com o Banco Mundial, foram implantados e avaliados através do Projeto Piloto (PP) de EF nas escolas. O Projeto durou 3 semestres, de agosto de 2010 a dezembro de 2011 e incluiu o treinamento de 1200 professores das escolas escolhidas e *workshops* para os responsáveis dos alunos envolvidos no PP. Compreendeu 891 escolas e cerca de 27 000 alunos de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

As escolas selecionadas, através de método aleatório, foram divididas em dois grupos: grupo de tratamento e grupo controle. As escolas do grupo de tratamento receberam o projeto e foram comparadas com as escolas do grupo controle, as quais não o receberam. Foram aplicadas 3 avaliações aos alunos: diagnóstica (agosto de 2010), somativa (dezembro de 2010) e final (dezembro de 2011).

A avaliação do Projeto Piloto, relatada no documento “Resultado da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas”, indicou que o projeto de EF “levou a melhorias significativas no conhecimento, nas atitudes e no comportamento financeiro dos alunos” (BM&F BOVESPA, 2012, p.3). Ainda de acordo com esse documento, através do PP foi possível concluir também que o programa levou “a maior participação dos alunos nas finanças domiciliares”, mostrando que seus efeitos “não são apenas de curto prazo, mas permanecem ao longo do tempo” (BM&F BOVESPA, 2012, p.3).

2 Educação Matemática(EM) e Educação Financeira(EF): possibilidade de criação de um espaço de conexão investigativa com a realidade do aluno

O conceito de Educação Financeira, adotado pela ENEF, foi adaptado para nossa realidade a partir da definição de EF da OCDE:

[...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (BRASIL, 2010a, p.3)

A falta de conhecimento financeiro pode comprometer a tomada de decisões e levar os sujeitos a escolhas equivocadas e nocivas à saúde de suas finanças, afetando negativamente não só o plano individual, mas os planos ambiental e econômico. Daí a necessidade de se preparar os indivíduos por meio da implantação de programas de EF. O lançamento da ENEF, em 2011, vem confirmar a urgente necessidade de se construírem bases sólidas para um *consumo consciente*. Tais bases se firmariam, em parte, em desvendar o emaranhado de termos e conceitos que formam essa imensa malha que é o mundo financeiro e que captura todos que lidam com dinheiro, independentemente da classe social.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

No Brasil, diante de determinados conteúdos, os professores, não só os de Matemática, veem-se na condição de ter que decidir entre atender ao currículo ou proporcionar um espaço de aprendizagem que traga contribuições para a vida dos estudantes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que orientam a fundamentação das Propostas Curriculares dos estados e municípios brasileiros, têm defensores e detratores. Mesmo sem querer entrar no mérito desta importante questão, não podemos refutar que nosso sistema de avaliação e promoção nos delimita. A ação docente é cerceada pela onipresença curricular que nos lembra constantemente que o aluno tem que devolver o que aprendeu nas aulas, sejam nas provas ou nos processos de seleção para admissão às escolas e universidades, seja no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Segundo Skovsmose (2008), a Educação Matemática deve ser democrática e emancipadora, incentivando a reflexão, a investigação e a crítica. O autor afirma que a construção do conhecimento se dá a partir dessas bases alicerçadas por um diálogo democrático constante, entre o professor e seus alunos, de modo a possibilitar que o ensino de um tema se dê em diversas dimensões. Porém, a atual conjuntura educacional brasileira nos impõe limites, de modo que essa prática pedagógica crítica num paradigma de abordagem de investigação, como proposto por Skovsmose, não é regra, mas exceção. Uma sala de aula, como cenário para investigação, é uma iniciativa excepcional de algumas instituições e de alguns professores. Uma prática que só acontece de fato quando é entendida, admitida e desempenhada por professores e alunos no seu espaço de conhecimento coletivo e de reciprocidade.

A Educação Financeira (EF), de natureza transversal e interdisciplinar, não é de obrigatoriedade ou de responsabilidade única e exclusiva da disciplina de Matemática. Contudo, acreditamos que, como professores de matemática, não podemos ignorar ou nos eximir desta proposição que é a ENEF.

Atualmente, não é o suprimento de necessidades humanas básicas que gera o consumo. O “imperativo tecnológico”, citado por Lion, é definido como “o estado no qual a sociedade se submete humildemente a cada nova exigência da tecnologia e utiliza sem questionar todo novo produto, seja portador ou não de uma melhora real” (REVILLA et al, 1993 apud LION, 1994, p.26). A principal questão, da submissão ao “imperativo tecnológico” e à marcha crescente da desenfreada aquisição de bens e serviços, muitas vezes desnecessários e inacessíveis, é que tudo isso custa dinheiro. E operar com dinheiro inclui mais do que comprar e pagar. Requer principalmente um planejamento, que muitas vezes

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

não é feito devido à falta de informação, orientação e conhecimento de instrumentos eficazes para a realização dessa tarefa.

Na falta de capacidade para manejar satisfatoriamente suas receitas e despesas, o indivíduo vê-se seduzido pelo crédito rápido e fácil, o qual, sem planejamento eficiente, pode levá-lo ao endividamento e à inadimplência. Assim, ocorre um problema financeiro pessoal com desdobramentos emocionais e psicológicos, além da interferência no campo social e econômico, o que pode gerar instabilidade familiar, redução de crédito e retração da economia.

Pesquisas realizadas pela Data Popular (2008) trazem números preocupantes em relação à organização financeira doméstica das famílias brasileiras: 36% dos pesquisados declaram ter perfil do tipo gastador, 54% não conseguiram honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida, e apenas 31% poupam regularmente para aposentadoria. Observa-se também que parte crescente da renda familiar tem sido destinada ao consumo, o que torna as atuais taxas de poupança¹⁷ demasiadamente baixas. Essa situação, aflige milhões de brasileiros, diminui a capacidade de investimento do país, afetando negativamente seu desenvolvimento. (BRASIL, 2010d, p.56)

Diversas são as visões e conceitos que envolvem a noção do que é *consumo consciente*. Concordamos com Mutz (2014, p.121) quando alega que esse discurso visa apenas gerar indivíduos com padrões de comportamento desejáveis de consumo: “consumidor consciente – aquele que aprendeu a comprar bem e vai continuar comprando sempre”. A autora claramente se posiciona, acreditando que a universalização e proliferação do discurso do consumo consciente em nome da sustentabilidade é uma estratégia de governo que visa naturalizar o próprio consumo (2014, p.124).

Ainda que a questão do *consumo consciente* envolva aspectos sociais e ambientais, a Educação Matemática pode privilegiar o aspecto econômico, assim exposto por Mutz (2014, p.122): “consumir ‘bem’ envolve o cuidado no uso de nossos recursos financeiros pessoais de modo a preservar-se contra o superendividamento”. Apesar da abordagem eminentemente econômica, os aspectos sociais e ambientais não deixam de ser contemplados, não perdendo de vista o que a autora propõe: “Assumir o caráter discursivo do consumo consciente implica reforçar sua contingência histórica e propor sua desnaturalização” (MUTZ, 2014, p.122).

O conceito de *consumo consciente*, atualmente difundido, está baseado num discurso que resulta do nosso momento histórico. Tal discurso não se sustenta diante de análises mais apuradas, mas que, ao mesmo tempo, são análises possíveis de serem feitas se o indivíduo está de posse de alguns instrumentos e informações do mundo financeiro.

¹⁷Não se trata do produto *caderneta de poupança*. Taxas de poupança é uma referência à parcela da renda familiar que é reservada para o futuro, independentemente do investimento que se faça.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

Dependendo do projeto educacional da instituição ou rede de ensino, os alunos terão a oportunidade de passar pela experiência de precisar aplicar conhecimentos matemáticos para refletir melhor a respeito de situações de consumo que acontecem em seu dia a dia. Dessa forma, é possível que uma parcela dos estudantes tenha condições de perceber, por exemplo, que o consumo não é algo natural ou compulsório, mas fruto de um contexto histórico e que pode ser pensado, planejado, desejado ou até evitado em certos casos.

Não é a intenção aqui simplesmente enaltecer ou criticar uma política de governo, mas sugerir que a ENEF, com sua proposta, possa ser um referencial que permita ao professor criar situações de aprendizagem. Não propor situações já prontas, mas arquitetar contextos em que seus alunos se sintam convidados a pensar questões, buscar alternativas, argumentar, defender e respeitar diferentes pontos de vista a partir de referências relacionadas à realidade da comunidade em que estão inseridos.

Os educadores de uma sociedade democrática têm a obrigação de ajudar os jovens a procurar ampliar seu leque de ideias e a expressar as que já tiverem. Freire (1970) e Skovsmose (2001) [...] enfatizam que o processo educacional deve ser entendido como um processo de DIÁLOGO (SÁ; PAIVA, 2011, p.5-6).

Ao se trabalhar a Educação Financeira dentro da disciplina de Matemática, possibilita-se o desenvolvimento das três vertentes apontadas anteriormente por Mutz (2014, p.122), quais sejam: social, ambiental e econômica. A Educação Matemática é campo fértil para a análise das vertentes sociais e ambientais através do provimento de instrumentos construídos dentro de uma vertente econômica, a qual pode ser nutrida eficientemente pela Matemática Financeira. Inclusive quando pensamos nos professores que são rigidamente obrigados a cumprir uma grade curricular tal e qual como é proposta, a EF pode representar uma “brecha na lei”. Se ensinar Juros é conteúdo obrigatório, será que permitir o surgimento de um cenário investigativo, como sugerido por Skovsmose, com questões do cotidiano, não potencializaria a aprendizagem desse conteúdo na sala de aula?

Uma conexão investigativa com a realidade pressupõe conectar-se à realidade com o intuito de investigar, analisando as situações e buscando meios que levem a possíveis soluções. Esse processo, que possibilita ao aluno tomar contato com situações que tenham significado no seu dia a dia, passa por um espaço coletivo de reflexão e compreensão de conceitos, de informações e de experiências vivenciadas no seu grupo social.

De acordo com Skovsmose e Vithal (2012, p.1) a “Matemática atua em uma variedade de práticas culturais e sociopolíticas. É parte de situações do cotidiano, contextos profissionais, empreendimentos tecnológicos e procedimentos de pesquisa”. Se analisarmos

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

nossa realidade sob um ponto de vista da “Matemática em ação” (SKOVSMOSE; VITHAL, 2012, p.1) verificaremos que fazemos uso de uma Matemática não trivial em nossas práticas diárias se pretendemos bem avaliar o uso de cartões de crédito, a contratação de empréstimos e seguros, ou também quando em locais de trabalho se dão, por exemplo, a fixação de preços e análises de custo-benefício. Tudo isso torna óbvio que a “Matemática desempenha um papel importante em uma enorme variedade de práticas, a natureza das quais pode diferir bastante” (SKOVSMOSE; VITHAL, 2012, p.2).

Se levarmos em consideração as práticas cotidianas, podemos perceber que, dentre elas, as que mais se fazem presentes na vida de um cidadão comum são exatamente as experiências relacionadas ao uso do dinheiro. Lidar com finanças e consumir são práticas muito presentes na vida de todas as pessoas, inclusive dos jovens e das crianças.

A EF possibilita uma autêntica conexão da sala de aula com a realidade do aluno e, conseqüentemente, é capaz de suscitar o surgimento de um espaço compartilhado de aprendizagem diferenciada, dentro deste invólucro que o nosso currículo nos apresenta. Equiparando-a a um empreendimento, arriscaríamos dizer que a EF é um negócio que pode trazer um bom retorno para todos aqueles que nele investirem¹⁸. Negócio este que traz benefícios não apenas para o ensino da matemática, mas também para a vida pessoal dos indivíduos e, conseqüentemente, para a economia do país.

3 Considerações Finais

Refletir, coletivamente, a respeito de situações financeiras que fazem parte do cotidiano pessoal e familiar abre um caminho rico para a compreensão de fatores diversos e de múltiplas variáveis apresentadas pelos alunos em seu processo de busca por possíveis soluções desses problemas.

O aumento do interesse pelo aprendizado de conceitos relativos à estatística, aos juros, à porcentagem, à amortização que não costumam ser aprendidos em outras disciplinas, não precisará ser induzido. Há grandes chances desses conteúdos serem vistos como conhecimentos necessários à superação de obstáculos interpostos, pelos próprios alunos, em suas reflexões. Devido à íntima correlação destes obstáculos com suas vidas, a criação e a defesa de argumentos têm possibilidade de acontecer de forma natural e por própria iniciativa dos estudantes.

Em suma, a contribuição do ensino da matemática para a compreensão dos conceitos financeiros é de inegável importância. Em contrapartida, a Educação Financeira poderá

¹⁸Inclusive os bons investimentos comportam *riscos*, um deles seria contribuir para a propagação da EF, de forma semelhante a do discurso do *consumo consciente*, como um “recurso de controle das condutas dos sujeitos” (MUTZ, 2014, p.117).

tornar mais evidente para os alunos aquilo que todos já sabemos: aprender matemática, além de divertido e instigante, pode ser um bom negócio.

4 Referências Bibliográficas

BRASIL. **Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/estrategia_nacional_educacao_financeira_enef.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-lei nº 7.397**, de 22 de dezembro de 2010b. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 17 nov. 2014.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor. Brasília, 2010c. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor/Anexos. Brasília, 2010d. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BM&F BOVESPA. **Resultado da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas**. 2012. Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/Release_BMFBOVESPA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

CHAUI, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (Org.). **Classes? Que classes?** Ciclo de debates sobre classes sociais. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2013. p.87-104. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/livro_classe_que_classe_perseu_abramo.pdf. Acesso em: 24abr. 2015.

LION, C.G. Mitos e realidades da tecnologia educacional. In: LITWIN, E. (Org.) **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MUTZ, A.S.C. O discurso do consumo consciente e a produção dos sujeitos contemporâneos do consumo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n.2, p.117-136, abr./jun. 2014.

REVILLA, A.A. et al. **Tecnología em acción**. Barcelona: Editorial RAP, 1993.

SÁ, I.P.; PAIVA, A.M.S. Educação matemática crítica e práticas pedagógicas. **Revista Ibero-americana de Educação**. n.55/2, p.5-6. 2011. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/3869Severiano.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SKOVSMOSE, O. **Desafios da Educação Matemática Crítica**. São Paulo: Papirus, 2008.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BOM NEGÓCIO

SKOVSMOSE, O.; VITHAL, R. **Mathematics education, democracy and development: A view of the landscape. 2012.** Disponível em: <http://www.pythagoras.org.za/index.php/pythagoras/article/view/207/290>>. Acesso em: 04nov.2014.

**Submetido em
07 de janeiro
Aceito em 15 de
abril**

Coleção SBEM

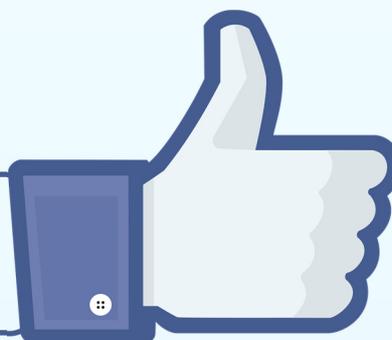


Como adquirir:

Escolha o(s) livro(s) de sua preferência:

- Ao valor do livros: acrescenta-se a taxa dos correios (a consultar).
- Para efetuar o pagamento faça depósito no Banco do Brasil Ag. 3603-X, C/C 42.000-X e nos envie uma cópia do comprovante via e-mail: sbem@sbembrasil.org.br ou tel./fax (61) 3107-5942, juntamente com a descrição do pedido e seu endereço completo.

**Curta nossa página no
Facebook!**



Veja mais em www.sbembrasil.org.br

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA